

Relatório de achados da pesquisa sobre os Orçamentos e a Força de Trabalho das Agências Reguladoras Federais, realizada pelo Projeto Regulação em Números da FGV Direito Rio.

Recursos em Queda, Obrigações em Alta

A Sustentabilidade da Força de Trabalho nas Agências Reguladoras

Relatório de Pesquisa

Agosto | 2025

PESQUISA:

Recursos em Baixa, Obrigações em Alta: a Sustentabilidade da Força de Trabalho nas Agências Reguladoras Federais

Realização:

Projeto Regulação em Números da FGV Direito Rio

Coordenador Geral:

Sérgio Guerra

Coordenador Executivo:

Péricles Gonçalves

Coordenadora Científica:

Natasha Salinas

Pesquisadores:

Caio Assumpção

Lucas Thevenard Gomes

Jeane Santos Ribeiro

1. Introdução

Em 18 de junho de 2025, foi noticiado à imprensa um ofício que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) enviou ao Ministério de Estado do Planejamento e Orçamento, informando que serviços de fiscalização, de atendimento ao cidadão e de capacitação de novos servidores seriam suspensos se o contingenciamento de 25% de suas despesas orçamentárias fosse mantido¹. Segundo manifestação da diretora da Aneel Agnes da Costa, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o orçamento da Aneel para 2025, com o referido contingenciamento, seria o mesmo de 2016, a despeito do campo de atuação da agência e dos desafios enfrentados pela regulação do setor não serem os mesmos². Nos últimos anos, além de regular a produção e distribuição de energia elétrica, a agência passou a desenvolver soluções para a modernização do setor, tanto para viabilizar a transição energética, como para lidar com prementes desafios, como o de responder a eventos climáticos extremos, o que por si só exigiria aporte de novos recursos. Embora parte do referido contingenciamento do orçamento da Aneel e de outras agências como ANP e ANM tenha sido revertido³, a projeção é a de que o gasto orçamentário das agências reguladoras seguirá tendência de queda dos anos anteriores.

Também no mês de junho, o diretor interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Nazareno Araújo, durante a 49ª Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), em Brasília, chamou a atenção para o fato de que as despesas orçamentárias da agência caíram cerca de 35% nos últimos

¹ ANEEL. Corte de orçamento da ANEEL vai reduzir drasticamente a fiscalização, interromper o serviço de ouvidoria e limitar o horário de funcionamento.

Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/corte-de-orcamento-da-aneel-vai-reduzir-drasticamente-a-fiscalizacao-interromper-o-servico-de-ouvidoria-e-limitar-o-horario-de-funcionamento>>.

² ANEEL. Aneel debate restrições orçamentárias das agências reguladoras em audiência no Senado. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/aneel-debate-restricoes-orcamentarias-das-agencias-reguladoras-em-audiencia-no-senado>>.

³ Agência INFRA. Governo descontinua parte dos orçamentos da Aneel, ANP e ANM. Disponível em: <<https://agenciainfra.com/blog/governo-descontinua-parte-dos-orcamentos-da-aneel-anp-e-anm/>>.

cinco anos, período no qual a entidade assumiu novas atribuições, como a de editar normas de referência para o setor de saneamento básico⁴.

Esses exemplos evidenciam um paradoxo que assola a maioria das agências reguladoras federais: a tendência de queda nas despesas orçamentárias das agências ocorre ao mesmo tempo em que suas competências se diversificam e suas responsabilidades crescem. Para além da ampliação de competências regulatórias, que podemos denominar de “atividades-fim”, agências reguladoras também receberam, nos últimos anos, novas obrigações em relação às suas “atividades-meio”: instrumentos de política regulatória, como agenda regulatória, análise de impacto regulatório e mecanismos de participação diversos, passaram a ser realizados, de forma obrigatória, por todas as agências reguladoras, sem que houvesse recursos adicionais para tanto. Ou seja, agências têm buscado fazer “mais” com “menos”, porém estão beirando situações-limite da falta de recursos para o desempenho adequado de suas funções regulatórias.

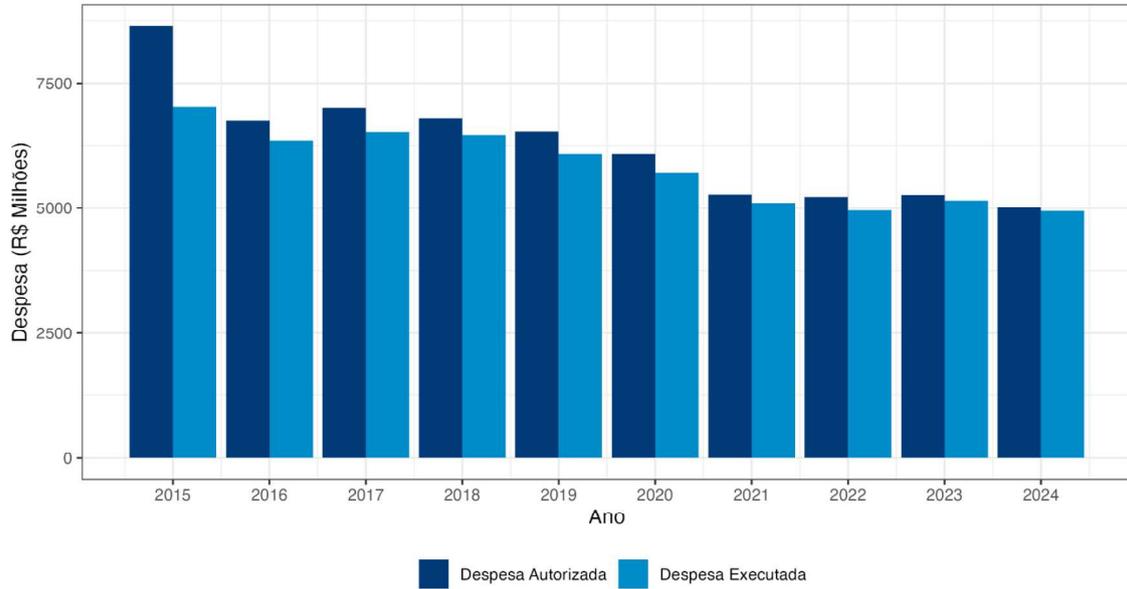
Entre 2015 e 2024, o orçamento das agências reguladoras federais apresentou queda consistente. As despesas autorizadas em lei orçamentária recuaram de R\$ 8,6 bilhões em 2015 para R\$ 5,0 bilhões em 2024, redução de 41,9%⁵. As despesas executadas (efetivamente gastas) seguiram a mesma tendência, passando de R\$ 7,0 bilhões para R\$ 4,9 bilhões no período, com queda de 29,7%. O Gráfico 1 mostra a tendência de queda nas despesas autorizadas e executadas das agências entre os anos de 2015 e 2024. Esse comportamento demonstra uma política de compressão orçamentária contínua, alinhada ao ambiente de restrição fiscal, e que limita a capacidade de expansão ou mesmo manutenção de programas e atividades regulatórias.

⁴ ANA. ANA contextualiza cortes nos orçamentos da instituição e da cobrança pelo uso da água durante reunião plenária do CBHSF. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-contextualiza-cortes-nos-orcamentos-da-instituicao-e-da-cobranca-pelo-uso-da-agua-durante-reuniao-plenaria-do-cbhsf>>. .

⁵ Os dados estão em moeda de 2024, atualizados pelo IPCA.

Gráfico 1

Orçamento disponível e executado pelas as Agências Reguladoras Federais, em todo o período
 Pesquisa da força de trabalho e orçamento das agências reguladoras federais (2015-2024)



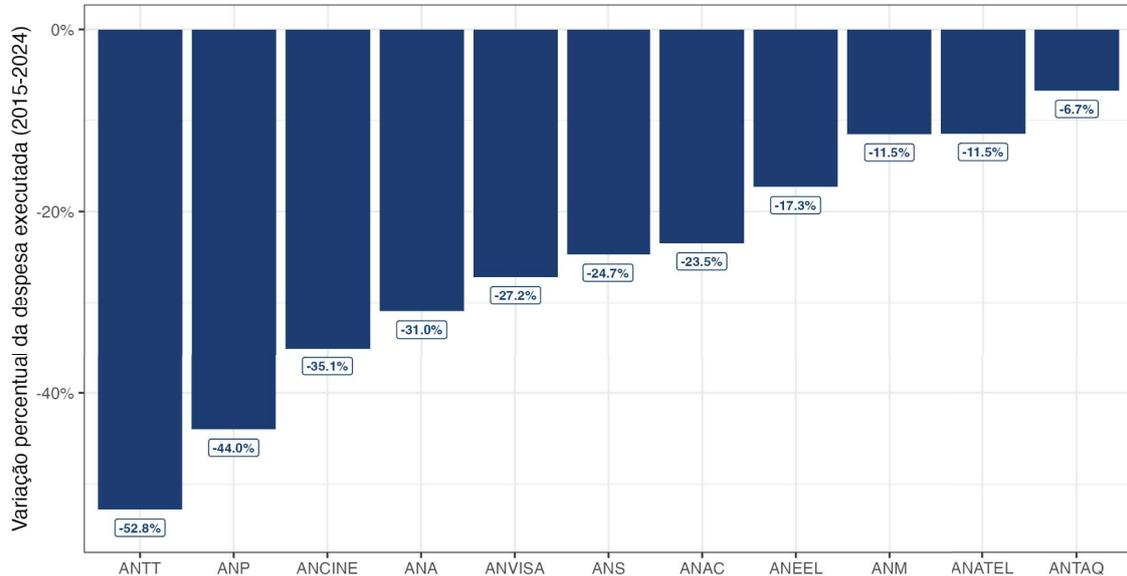
Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

A redução da despesa executada entre 2015 e 2024 ocorreu em todas as agências reguladoras, com intensidades distintas. A ANTT (-52,8%) e a ANP (-44,0%) apresentaram as maiores quedas, seguidas pela Ancine (-35,1%) e ANA (-31,0%). Em um segundo grupo, com retrações entre 20% e 30%, destacam-se Anvisa, ANS e Anac. Já agências como Aneel, ANM e Anatel tiveram reduções mais moderadas, em torno de 11% a 17%, enquanto a Antaq registrou a menor variação, com queda de apenas 6,7%.

Gráfico 2

Queda das despesas executadas, por agência

Pesquisa da força de trabalho e orçamento das agências reguladoras federais (2015-2024)



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

Este trabalho tem por objetivo analisar uma questão específica, que é o impacto da crise fiscal sobre a força de trabalho das agências. Quando as despesas orçamentárias caem, mas a folha de pagamento permanece relativamente estável, a proporção dos gastos com pessoal dentro do orçamento cresce. No mesmo intervalo, as despesas com pessoal ativo caíram 23,1%, mas sua participação no total executado aumentou de 42,5% em 2015 para 46,5% em 2024. Isso ocorre porque salários e encargos têm pouca flexibilidade de redução no curto prazo, já que estão protegidos por regras legais e contratuais. Essa “fatia maior” do orçamento com força de trabalho acaba por pressionar os gestores do orçamento público federal a não preencher cargos quando estes ficam vagos ou a não aumentar o número de funcionários, quando deveriam fazê-lo. Considerando que as atribuições das agências só crescem, seria esperado que houvesse um crescimento na sua força de trabalho, o que não ocorre, produzindo um círculo vicioso de crise fiscal e comprometimento da efetividade dos serviços públicos.

Na próxima seção, será apresentada a metodologia adotada para a coleta e análise dos dados aqui apresentados. Em seguida, serão apresentados os principais

achados sobre a força de trabalho efetiva das agências reguladoras e a composição do seu orçamento, ao longo do tempo. Espera-se que a análise aqui apresentada auxilie nas discussões sobre sustentabilidade econômico-financeira das agências reguladoras federais no Brasil.

2. Metodologia

Nesta pesquisa foram analisados dados referentes à força de trabalho efetiva das agências reguladoras e à composição do seu orçamento, ao longo do tempo.

O levantamento dos dados relativos à força de trabalho foi realizado por meio da coleta, sistematização e padronização das informações constantes nos Relatórios Anuais de Gestão das 11 agências reguladoras federais brasileiras, abrangendo o período de 2015 a 2024⁶.

O objetivo central da análise desses dados foi avaliar a evolução e a composição da força de trabalho das agências, considerando o quantitativo de servidores por tipo de vínculo funcional e sua distribuição por órgão ao longo do tempo. Por essa razão, nos dados apresentados a seguir não foram contabilizados estagiários ou trabalhadores terceirizados.

Para viabilizar a consolidação das séries históricas, foram aplicados procedimentos de padronização terminológica e estrutural, incluindo a elaboração de dicionários de equivalência (“de-para”). Esse processo assegurou a compatibilidade das informações na série histórica e entre as diferentes agências, permitindo análises comparativas consistentes e homogêneas.

Por fim, para as análises que cotejam a evolução da força de trabalho com o orçamento das agências, foram utilizados dados sobre a execução da Lei Orçamentária

⁶ Documentos oficiais exigidos pela legislação brasileira de controle e transparência pública, e sua estrutura segue diretrizes definidas pelos órgãos de controle. Por exemplo, para verificar os Relatórios Anuais de Gestão da ANA, vide: <https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-aud/relatorio-de-gestao>. Acesso em 01 de agosto de 2025. As informações foram extraídas principalmente das seções intituladas "Gestão de Pessoas" dos RAGs, onde normalmente são apresentados dados estatísticos sobre o quadro de pessoal.

Anual (LOA), obtidos por meio da plataforma Siga Brasil do Senado Federal⁷. Os valores, em R\$ milhões, abrangem a despesa executada (empenhada) e foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A partir dessas duas fontes principais de dados, as análises que se seguem buscam descrever como a composição da força de trabalho das agências evoluiu ao longo da última década (2015-2024), identificando possíveis fatores orçamentários que expliquem as decisões das agências a respeito da gestão do seu quadro de servidores.

3. Resultados

3.1 A evolução da força de trabalho das agências federais ao longo do tempo

Os dados mostram que a força de trabalho das agências reguladoras federais caiu 15% nos últimos dez anos (2015-2024), passando de 11,1 mil para 9,5 mil pessoas. Houve queda em todas as agências, com exceção da ANA⁸, que registrou um aumento de 24% no período, e da ANP, que teve aumento de 5% da força de trabalho no período (Tabela 1).

⁷ O SIGA Brasil é uma ferramenta pública, desenvolvida pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle em parceria com o Prodasen, que integra dados do SIAFI e de outras bases sobre planos e orçamentos públicos. Seu objetivo é oferecer acesso amplo e simplificado a essas informações, que podem ser consultadas por meio do SIGA Brasil Painéis ou do SIGA Brasil Relatórios. Vide: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 01 de agosto de 2025.

⁸ Duas razões explicam o índice positivo da força de trabalho da ANA durante o período analisado: a lotação ou exercício provisório de servidores de outras entidades da administração pública federal para auxiliar a agência no desempenho das novas competências regulatórias na área de saneamento e a posse recente, em 2024, de 38 servidores aprovados no último concurso público realizado pela agência. Agradecemos ao diretor interino da ANA Nazareno Araújo por esses esclarecimentos.

Tabela 1. Força de Trabalho - Por Agência

Agência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var. 2015-2024
ANA	365	367	373	378	366	369	381	386	410	454	24%
ANAC	1.497	1.447	1.541	1.518	1.406	1.369	1.341	1.396	1.333	1.373	-8%
ANATEL	1.622	1.586	1.562	1.528	1.475	1.449	1.432	1.424	1.347	1.385	-15%
ANCINE	412	412	401	402	404	410	408	399	387	385	-7%
ANEEL	730	715	706	695	679	674	663	658	638	624	-15%
ANM	1.006	997	979	886	780	710	706	664	695	669	-33%
ANP	854	838	838	846	855	851	864	861	905	896	5%
ANS	853	815	873	790	766	753	731	673	694	687	-19%
ANTAQ	470	469	461	442	415	418	419	410	408	389	-17%
ANTT	1.310	1.310	1.263	1.237	1.189	1.185	1.161	1.121	1.083	1.104	-16%
ANVISA	2.056	2.071	1.867	1.863	1.725	1.684	1.658	1.604	1.555	1.517	-26%
Total Geral	11.175	11.027	10.864	10.585	10.060	9.872	9.764	9.596	9.455	9.483	-15%

Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

A análise da evolução da força de trabalho por situação funcional revela que, no geral, houve queda de 13% na força de trabalho de servidores vinculados às agências, passando de 9.890 para 8.571, e de 39% na força de trabalho de servidores sem vínculo com a Administração Pública (e.g., cargos comissionados), passando de 444 para 270 (Tabela 2). Em relação aos servidores com contratos temporários, registra-se que apenas ANS e ANP possuem esse tipo de vínculo no período. Em 2015, a ANS tinha 224 servidores com contratos temporários, número que zerou em 2022⁹. A ANP, por sua vez, registrou 41 servidores com contratos temporários em 2023 e 2024¹⁰ (Tabelas A1 e A2 do Apêndice).

Além da redução geral no quadro funcional, observam-se dinâmicas distintas entre as agências, indicando que a trajetória de cada órgão é influenciada por fatores

⁹ Em 2015, a ANS autorizou, por meio da Portaria Interministerial n. 40, a contratação de 200 profissionais de nível superior por meio de processo seletivo simplificado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para contratar profissionais formados, com pelo menos três anos de experiência, para atuar em atividades como análise de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), autorização de operadoras e reorganização da área de TI. Vide: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/acao-a-informacao/servidores/concursos/noticias/ans-autorizada-a-contratar-200-profissionais>.

¹⁰ Em 2022, a ANP realizou um processo seletivo simplificado para contratar 48 profissionais de nível superior por tempo determinado. As vagas foram preenchidas por meio de prova objetiva, avaliação de títulos e etapas complementares para candidatos com deficiência e autodeclarados negros. O processo teve validade de dois anos, prorrogável por mais dois, e contou com convocações adicionais em 2023 e 2024 para preencher vagas remanescentes. Vide: <https://www.gov.br/anp/pt-br/acao-a-informacao/concursos-anp/processo-seletivo-simplificado-anp-2022>.

institucionais e setoriais específicos. Enquanto ANA e ANP registraram crescimento, órgãos como ANM e ANVISA apresentaram quedas acentuadas, de 33% e 26% respectivamente, o que sinaliza desafios relacionados à reposição de pessoal e à manutenção da capacidade operacional. As variações em vínculos temporários e em exercício descentralizado também sugerem estratégias diferenciadas de gestão da força de trabalho, que, em alguns casos, compensaram parcialmente a perda de servidores efetivos, mas em outros não impediram a redução da capacidade instalada ao longo do período analisado.

Tabela 2. Força de Trabalho - Por Situação Funcional

Item	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var. 2015-2024
1. Servidores em Cargos Efetivos	10.507	10.378	10.283	10.096	9.594	9.452	9.372	9.287	9.128	9.172	-13%
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
1.2. Servidores de Carreira	10.507	10.378	10.283	10.096	9.594	9.452	9.372	9.287	9.128	9.172	-13%
1.2.1. Vinculada ao Órgão	9.890	9.747	9.635	9.531	9.072	8.897	8.778	8.669	8.552	8.571	-13%
1.2.2. Não Vinculada ao Órgão	617	631	648	565	522	555	597	618	576	601	-3%
2. Servidores com Contratos Temporários	224	193	160	84	72	65	51	0	41	41	-82%
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	444	456	421	405	394	355	341	309	286	270	-39%
4. Total de Servidores	11.175	11.027	10.864	10.585	10.060	9.872	9.764	9.596	9.455	9.483	-15%

Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

Por fim, como a força de trabalho está diminuindo, os dados mostram um crescente percentual de cargos vagos nas agências reguladoras federais, o que evidencia um desafio estrutural de gestão da força de trabalho, que impacta diretamente a capacidade de atuação técnica e regulatória dessas instituições.

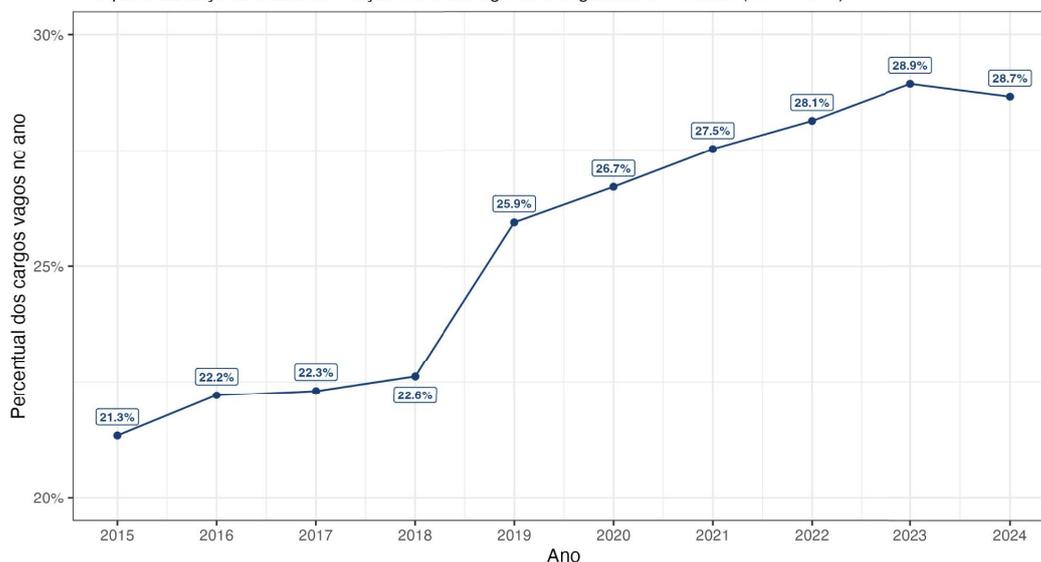
O número de cargos do quadro de pessoal das agências é disciplinado por leis editadas há mais de 20 anos¹¹. Isso revela uma defasagem no número de vagas que podem ser preenchidas em agências reguladoras, definido nos idos dos anos 2000, e que

¹¹ Dentre as principais leis editadas nos idos dos anos 2000 destacam-se a Lei n. 10.768/03 (quadro pessoal da ANA), a Lei n. 10.871/04 (quadro de pessoal de todas as agências, exceto Anac e ANM), e a Lei n. 10.882/2004 (quadro de pessoal da Anvisa). A última atualização sistemática desse quadro de pessoal se deu em 2013, com a edição da Lei n. 12.823.

certamente não tem acompanhado a ampliação das atribuições das agências. Apesar do número de cargos autorizados por lei estar abaixo do desejável, fatores como escassez de concursos públicos para preencher os cargos vagos por aposentadorias têm contribuído para o não preenchimento de todas as vagas autorizadas. Verifica-se, assim, um *déficit* de servidores, calculado pela razão entre o número de cargos previstos em lei e o número de servidores efetivos ao final de cada ano. Entre 2015 e 2024, a taxa de vacância passou de **21,3% para 28,7%**, chegando ao pico de **28,9% em 2023**, o que demonstra a ausência de reposição adequada¹² do quadro de servidores que se aposentam ou são exonerados, de acordo com a quantidade de cargos prevista na lei. Assim, é preciso atentar para o tema, pois a falta de políticas efetivas de planejamento de pessoal pode criar riscos à eficiência, à continuidade das atividades e à qualidade da regulação exercida pelas agências.

Gráfico 3

Evolução do percentual de cargos vagos em todas as agências
Pesquisa da força de trabalho e orçamento das agências reguladoras federais (2015-2024)



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

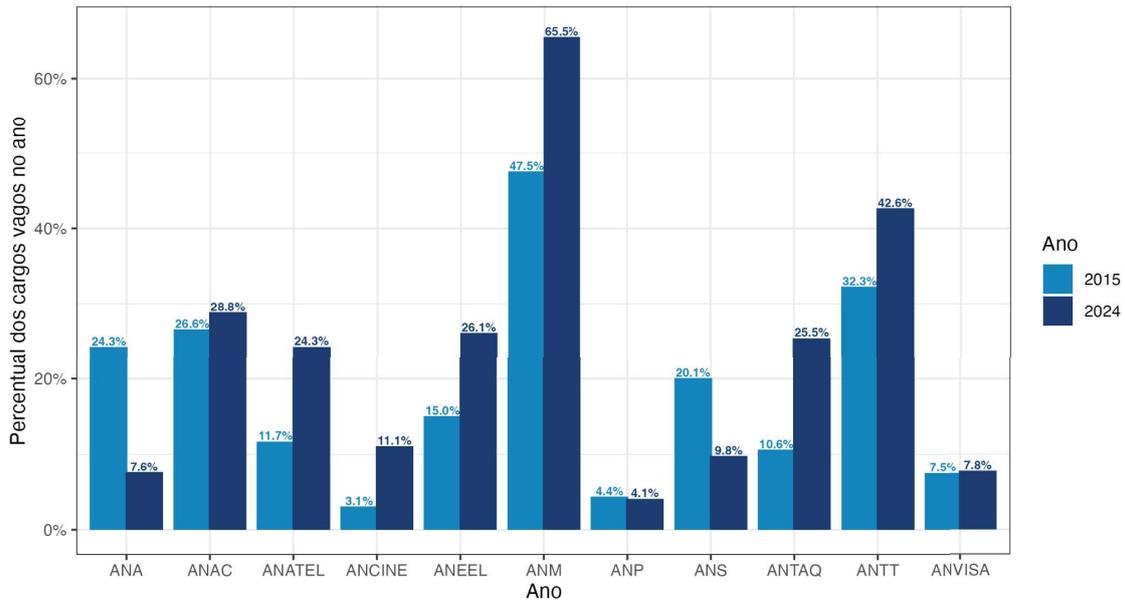
¹² Apenas no último ano da série histórica, em 2024, foram realizados concursos para preenchimento sistemático de vagas nas agências reguladoras. Em 2025, foram nomeados 362 servidores: ANM (220) e ANATEL (49), que realizaram concurso próprio, e ANS (31), ANEEL (36) e ANTAQ (26), que aderiram à primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Além disso, há previsão de 400 vagas adicionais na segunda edição do CPNU, distribuídas entre ANM (80), ANAC (70), ANATEL (50), ANTT (50), ANP (66), ANTAQ (30), ANS (20), ANCINE (20) e ANVISA (14). Antes disso, o último concurso abrangente para as áreas finalísticas das agências havia sido realizado no ano de 2008.

Por fim, os cargos vagos por agência, comparando os anos de 2015 e 2024, são mostrados no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4

Percentual de cargos vagos por agência (2015 x 2024)

Pesquisa da força de trabalho e orçamento das agências reguladoras federais (2015-2024)



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

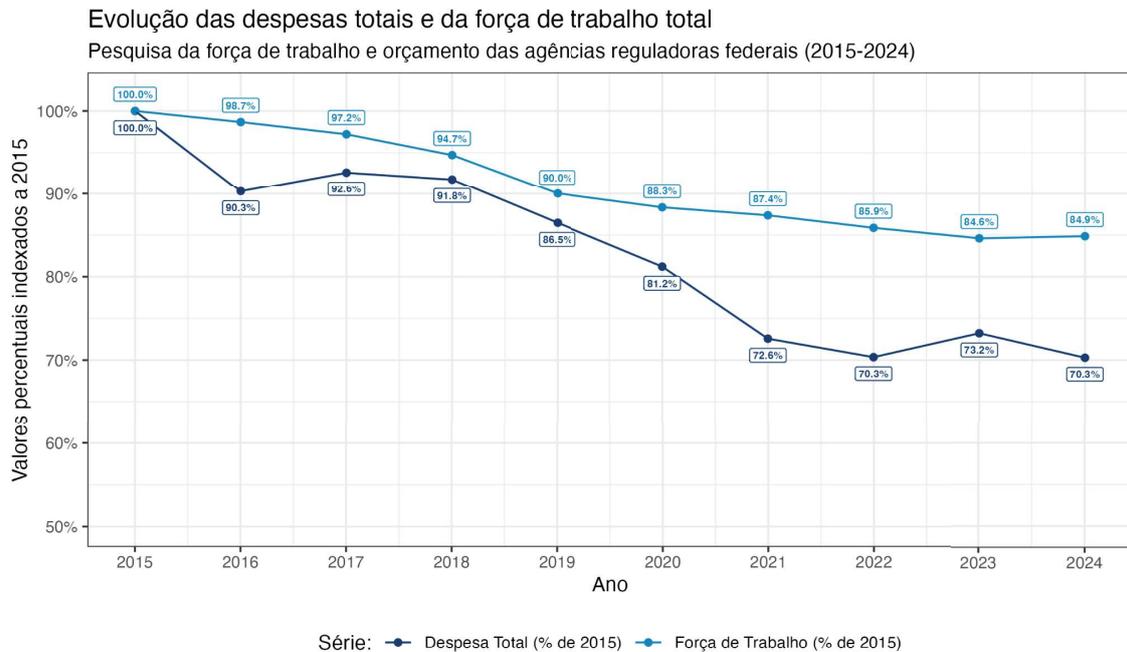
3.2. A força de trabalho e o orçamento das agências reguladoras federais

Para melhor compreender os fatores que condicionaram a gestão do pessoal das agências reguladoras federais no período de análise, cotejamos os dados relacionados à força de trabalho com informações sobre a situação orçamentária desses órgãos no mesmo período. Essa análise tem por objetivo tanto evidenciar fatores orçamentários que podem explicar a queda da força de trabalho das agências no período, como também mostrar os efeitos da gestão de pessoal na composição orçamentária dos órgãos.

Os dados mostram, em primeiro lugar, que houve no mesmo período uma redução orçamentária ainda mais acentuada do que a queda do número de servidores. O Gráfico 5 mostra a evolução do quantitativo de servidores em todas as agências e das

despesas empenhadas totais desses órgãos, ajustadas pelo IPCA ao longo do período. Os valores foram indexados ao ano de 2015, primeiro da série analisada.

Gráfico 5



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

Como podemos observar, enquanto a força de trabalho cai uniformemente, ano a ano, até atingir em 2024 uma redução de cerca de 15% em relação a 2015, o orçamento evidencia maiores oscilações no período, atingindo, ao final de período, uma queda mais acentuada de 30% no mesmo período (saindo de R\$ 7,0 bilhões em 2015 para R\$ 4,9 bilhões em 2024)¹³.

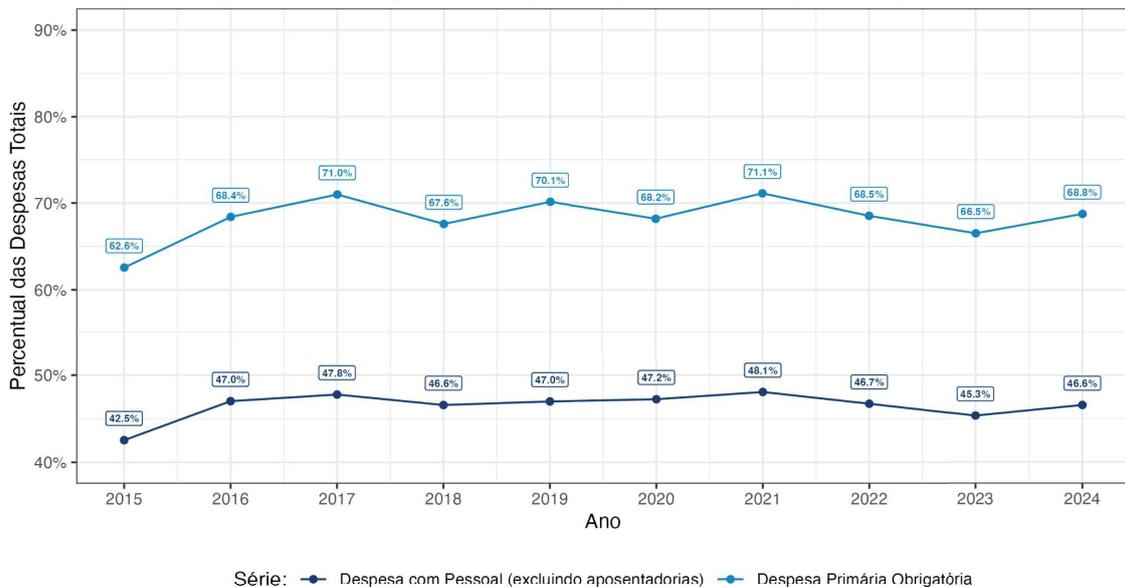
Esse quadro implica em um aumento do peso relativo da folha dos servidores no dispêndio das agências ao longo do tempo. Assim, mesmo com a redução do seu número de servidores, as agências gastam parcelas cada vez mais altas dos seus respectivos orçamentos com a remuneração do seu quadro funcional. Ocorre, com isso, uma

¹³ Como já observado, os valores estão em moeda constante de 2024, ajustados pelo IPCA.

redução da margem de discricionariedade dos órgãos reguladores na gestão de suas despesas, à medida que os dispêndios de natureza obrigatória adquirem uma participação cada vez maior em seus respectivos orçamentos. O Gráfico 6 mostra o peso relativo das despesas obrigatórias como um todo, e também apenas dos gastos com pessoal (excluídas os gastos com aposentadorias) ao longo do tempo. Em 2024, os gastos obrigatórios de todas as agências já respondiam por quase 70% dos gastos totais desses órgãos. Dentre esses gastos obrigatórios, as despesas com pessoal, sem considerar aposentadorias, respondiam, sozinhas, por 46,6% dos gastos totais das agências¹⁴.

Gráfico 6

Peso das despesas obrigatórias e das despesas com pessoal no orçamento, ao longo do tempo
Pesquisa da força de trabalho e orçamento das agências reguladoras federais (2015-2024)



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

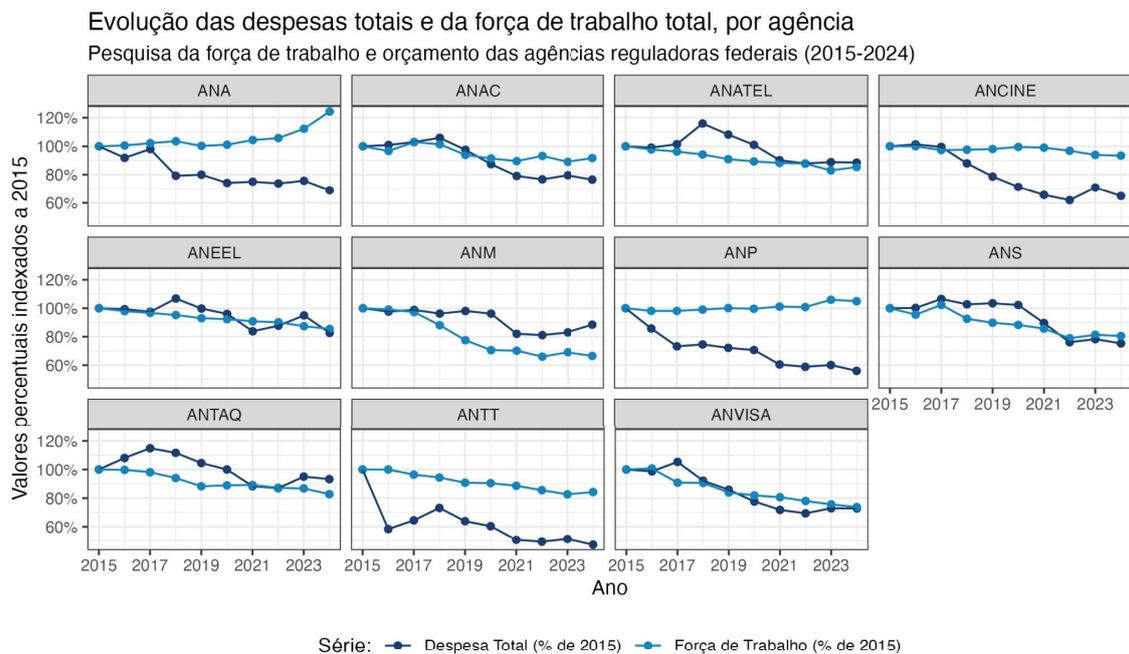
Em termos absolutos, tanto as despesas obrigatórias, como as despesas com pessoal, apresentaram uma redução no período – no primeiro caso, saindo de cerca de

¹⁴ A convergência entre as duas métricas apresentadas no Gráfico 6 ao longo da série histórica mostra que o principal fator que determina os gastos obrigatórios das agências são as remunerações dos seus respectivos quadros de servidores. As despesas com pessoal, representam cerca de 68% das despesas obrigatórias das agências no período, tendo essa proporção oscilado pouco ao longo do anos analisados.

R\$ 4,4 bilhões em 2015 para cerca de R\$ 3,4 bilhões em 2024 (redução de 23%), e no segundo caso saindo de R\$ 2,7 bilhões em 2015 para cerca de R\$ 2,1 bilhões em 2024 (redução de 23%)¹⁵. No entanto, a queda do orçamento total das agências se mostrou ainda mais acentuada no mesmo período. Sendo assim, os dados mostram que **as agências reduziram sua força de trabalho total e diminuíram também seus gastos com pessoal. No entanto, devido a pressões orçamentárias, o peso do quadro funcional no orçamento dos órgãos reguladores está aumentando, reduzindo cada vez mais a margem de discricionariedade desses órgãos para gerir seus respectivos orçamentos.**

As tendências verificadas acima para as agências tomadas em conjunto podem apresentar certas peculiaridades, quando consideramos cada órgão regulador em separado. O Gráfico 7, a seguir, mostra, por agência, como se deu a evolução do quantitativo de servidores das agências e das despesas totais, ajustadas pelo IPCA ao longo do período.

Gráfico 7



Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

¹⁵ Os valores estão em moeda constante de 2024, ajustados pelo IPCA.

É possível, a partir dos dados, identificar três casos distintos de trajetórias das agências ao longo da década analisada.

Na maioria dos casos, a queda do número de servidores acompanha diretamente a queda das despesas totais. Assim, nesses casos, constata-se ao final do período analisado uma queda orçamentária um pouco mais acentuada do que a redução do número de servidores (como ocorre com a Anac, com a Aneel, com a ANS e com a Anvisa), ou até mesmo uma queda um pouco maior do número de servidores do que das despesas da agência (como é o caso da Anatel, ANM e Antaq). Em todos esses casos, ainda que as proporções relativas possam variar, é possível afirmar que a redução do número de servidores acompanhou o impacto orçamentário.

Há, contudo, um segundo caso em que houve uma desproporção mais significativa entre o impacto orçamentário e a evolução da força de trabalho da agência. As três agências em que essa desproporção se manifesta de forma mais clara são a Ancine, a ANTT e a ANP. Nessas agências, já não é possível afirmar que a força de trabalho acompanha o impacto orçamentário. Na Ancine e na ANTT, houve uma redução do número total de servidores, no entanto essa redução foi muito menos acentuada do que a redução das despesas totais dessas agências no mesmo período. No caso da Ancine, a força de trabalho foi reduzida, entre 2015 e 2024, em cerca de 7%, ao passo que as despesas totais da agência foram reduzidas em 35%, no mesmo período. De modo semelhante, na ANTT houve uma redução de cerca de 15% da força de trabalho entre 2015 e 2024, ao passo que as despesas totais da agência apresentaram uma queda de 53%, no mesmo período. Por fim, o caso da ANP é ainda mais contundente, uma vez que nessa agência nem sequer houve queda da força de trabalho, mas sim um pequeno aumento: a força de trabalho da agência aumentou em cerca 5% entre 2015 e 2024 (de 854 servidores, para 896), ao passo que as despesas totais do órgão caíram em 44% no mesmo período.

Nessas três agências, portanto, não houve uma redução do quadro funcional proporcional à redução dos gastos da agência e, por essa razão, em todas elas pode-se

observar, ao longo do período analisado, um salto no peso relativo das despesas com pessoal, desconsiderando-se os gastos diretos com aposentadorias, em comparação às despesas totais da agência. Na Ancine, as despesas com pessoal representavam 45,5% das despesas totais em 2015, passando a responder por 60,2% dos gastos em 2024. Na ANTT, as despesas com pessoal respondiam apenas por 23,1% das despesas totais em 2015, passando a responder por 36,2% dos gastos em 2024. O maior salto percentual se verificou com a ANP, cujas despesas com pessoal representavam 32,8% das despesas totais em 2015, e passaram a responder por 52,9% dos gastos da agência em 2024. Essas três agências foram, portanto, as principais responsáveis pela tendência, verificada anteriormente em termos agregados, de aumento do peso relativo das despesas com pessoal no orçamento das agências reguladoras federais ao longo da última década.

Por fim, a ANA deve ser tratada como um caso à parte, uma vez que a trajetória do seu quadro funcional é distinta das trajetórias das demais agências reguladoras federais. A ANA apresenta a maior desproporção entre a evolução da força de trabalho e do orçamento; no entanto, a despeito dessa desproporção, o peso relativo das despesas com pessoal em relação às despesas totais da agência se manteve baixa no período analisado.

Como mostramos anteriormente, a ANA apresentou, entre 2015 e 2024, um aumento de quase 25% da sua força de trabalho: a agência saiu de 365 servidores em 2015, para 454 em 2024. Esse aumento no volume da força de trabalho é explicado pela lotação ou exercício provisório de servidores de outras entidades da administração pública federal, que foram transferidos à ANA para auxiliar a agência no desempenho das novas competências regulatórias na área de saneamento, além da posse recente de novos servidores aprovados no último concurso público realizado pela agência.

Nesse mesmo período, os gastos nominais com pessoal ativo cresceram de R\$ 71,8 milhões para R\$ 97,7 milhões, um aumento de 36%, enquanto a inflação acumulada (IPCA) foi de aproximadamente 58%. Isso significa que, em termos reais, houve uma queda de cerca de 14% nos gastos com ativos, que pode ser explicada por múltiplos

fatores, como, por exemplo, substituição de servidores mais antigos, com remunerações mais altas, por novos ingressos com salários iniciais menores. No mesmo período, as despesas totais da ANA, ajustadas pela inflação, caíram de R\$ 649,6 milhões para R\$ 447,9 milhões (uma queda de mais de 30%). Em razão desses fatores, o peso relativo das despesas com pessoal no orçamento da ANA mudou pouco ao longo da última década: em 2015 as despesas com pessoal representavam 20,6% das despesas totais e, em 2024, passaram a representar 25,1%.

5. Considerações finais

Os dados desta pesquisa mostraram que, no período de 2015 a 2024, as agências reguladoras federais registraram uma redução global de aproximadamente 15% em seu quadro de servidores. Essa contração, porém, variou entre os órgãos analisados: enquanto a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ampliaram seus efetivos (+24% e +5%, respectivamente), órgãos como a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sofreram quedas acentuadas (-33% e -26%, respectivamente).

Paralelamente, observou-se uma diminuição significativa no orçamento total das agências, em torno de 30% no período, queda proporcionalmente mais intensa que a do efetivo de pessoal. Como consequência, elevou-se o peso relativo das despesas obrigatórias e de pessoal nos gastos das agências: em 2024, cerca de 70% das despesas totais dessas autarquias eram de natureza obrigatória, e as despesas com pessoal (exceto aposentadorias) respondiam por 46,6% do total.

Os dados mostram, contudo, diferenças interessantes entre a forma como diferentes órgãos reguladores lidaram com as pressões orçamentárias experimentadas no período: enquanto em algumas agências observa-se uma redução de pessoal proporcional à queda das despesas totais, em outras constata-se uma queda mais acentuada nas despesas do que na força de trabalho, produzindo-se assim um aumento do peso relativo das despesas com pessoal no orçamento. O estudo também evidenciou diferentes estratégias de gestão de pessoal entre os órgãos: algumas agências mitigaram

parcialmente a perda de servidores efetivos por meio da contratação de temporários, ao passo que outras não conseguiram evitar a redução da capacidade operacional ao longo do período analisado.

Os achados desta pesquisa trazem implicações importantes para a governança regulatória e o desenvolvimento econômico do país. A expressiva contração de recursos humanos e financeiros ameaça a sustentabilidade orçamentária das agências reguladoras federais, que enfrentam o desafio de manter sua capacidade técnica de atuação com meios cada vez mais restritos. Ademais, a crescente rigidez orçamentária — evidenciada pelo alto peso das despesas obrigatórias e de pessoal — limita a flexibilidade de gestão desses órgãos, aumentando os riscos à manutenção de sua capacidade técnica e à autonomia institucional. Diante desse quadro, faz-se necessária a adoção de políticas públicas voltadas à recomposição orçamentária das agências e ao planejamento estratégico da força de trabalho dos órgãos reguladores federais. Medidas que promovam a reposição de servidores e o planejamento de longo prazo dos quadros técnicos contribuirão para reforçar a capacidade operacional das agências, assegurando sua efetividade e autonomia no cumprimento de seus relevantes papéis para setores estruturais da economia brasileira.

Apêndice Estatístico e Metodológico

Tabela A1. Força de Trabalho.- Por Situação Funcional e Agência

Situação Funcional - Agência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var. 2015-2024
1. Servidores em Cargos Efetivos	10.507	10.378	10.283	10.096	9.594	9.452	9.372	9.287	9.128	9.172	-13%
ANA	328	330	339	348	339	343	357	361	385	431	31%
ANAC	1.398	1.355	1.453	1.435	1.330	1.301	1.273	1.326	1.266	1.318	-6%
ANATEL	1.606	1.569	1.546	1.512	1.461	1.437	1.419	1.409	1.336	1.372	-15%
ANCINE	377	380	373	375	371	375	374	367	356	355	-6%
ANEEL	691	677	669	658	643	636	630	632	617	606	-12%
ANM	987	957	950	860	757	689	685	644	674	649	-34%
ANP	785	766	766	773	778	772	788	784	797	789	1%
ANS	614	610	705	696	683	685	670	660	680	673	10%
ANTAQ	458	454	448	433	408	412	414	405	403	383	-16%
ANTT	1.224	1.226	1.183	1.163	1.121	1.141	1.128	1.114	1.076	1.095	-11%
ANVISA	2.039	2.054	1.851	1.843	1.703	1.661	1.634	1.584	1.537	1.501	-26%
1.2. Servidores de Carreira	10.507	10.378	10.283	10.096	9.594	9.452	9.372	9.287	9.128	9.172	-13%
ANA	328	330	339	348	339	343	357	361	385	431	31%
ANAC	1.398	1.355	1.453	1.435	1.330	1.301	1.273	1.326	1.266	1.318	-6%
ANATEL	1.606	1.569	1.546	1.512	1.461	1.437	1.419	1.409	1.336	1.372	-15%
ANCINE	377	380	373	375	371	375	374	367	356	355	-6%
ANEEL	691	677	669	658	643	636	630	632	617	606	-12%
ANM	987	957	950	860	757	689	685	644	674	649	-34%
ANP	785	766	766	773	778	772	788	784	797	789	1%
ANS	614	610	705	696	683	685	670	660	680	673	10%
ANTAQ	458	454	448	433	408	412	414	405	403	383	-16%
ANTT	1.224	1.226	1.183	1.163	1.121	1.141	1.128	1.114	1.076	1.095	-11%
ANVISA	2.039	2.054	1.851	1.843	1.703	1.661	1.634	1.584	1.537	1.501	-26%
1.2.1. Vinculada ao Órgão	9.890	9.747	9.635	9.531	9.072	8.897	8.778	8.669	8.552	8.571	-13%
ANA	299	300	307	307	297	293	290	287	325	365	23%
ANAC	1.288	1.269	1.374	1.362	1.268	1.250	1.229	1.257	1.200	1.279	-3%
ANATEL	1.492	1.446	1.431	1.404	1.363	1.343	1.325	1.301	1.260	1.270	-14%
ANCINE	349	348	340	347	347	341	341	336	325	320	-8%
ANEEL	650	636	630	618	607	601	595	590	580	565	-13%
ANM	949	921	853	827	728	663	659	620	649	625	-34%
ANP	746	729	729	730	734	727	739	732	752	748	0%
ANS	562	564	658	649	638	645	623	618	641	634	13%
ANTAQ	420	415	405	395	378	377	379	370	369	350	-17%
ANTT	1.155	1.150	1.112	1.067	1.030	1.019	1.001	1.017	954	978	-15%
ANVISA	1.980	1.969	1.796	1.825	1.682	1.632	1.597	1.541	1.498	1.459	-25%
1.2.2. Em exercício descentralizado	217	235	224	224	229	209	248	233	226	229	5%
ANA	7	12	10	13	11	14	14	16	25	28	300%
ANAC	15	12	13	15	14	14	14	14	13	13	-11%
ANATEL	30	32	30	27	26	26	25	29	20	25	-18%
ANCINE	8	11	8	11	10	10	9	8	7	7	-7%
ANEEL	24	25	24	25	21	17	17	15	15	15	-38%
ANM	35	35	35	31	27	25	25	23	24	23	-33%
ANP	21	21	21	23	25	27	33	33	29	26	24%
ANS	28	27	26	26	23	23	23	22	21	20	-29%
ANTAQ	8	12	11	11	7	9	9	9	9	9	6%
ANTT	25	31	32	30	49	27	56	38	39	34	35%
ANVISA	16	17	14	12	16	17	23	25	24	29	81%
1.2.3. Em exercício provisório	39	43	107	46	38	51	62	65	30	32	-19%
ANA	4	4	5	4	4	15	28	27	0	0	-100%
ANAC	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	-32%
ANATEL	22	24	23	21	19	19	18	21	15	18	-18%
ANCINE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%
ANEEL	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	-14%
ANM	0	0	60	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANP	1	2	2	3	4	5	3	4	2	2	100%
ANS	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0%
ANTAQ	2	4	6	3	4	4	4	4	4	4	100%
ANTT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANVISA	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0%
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	360	352	317	295	255	295	288	319	320	340	-6%
ANA	18	14	17	24	27	21	25	31	35	38	111%
ANAC	94	73	65	57	47	37	30	55	53	55	-41%
ANATEL	61	66	62	60	53	49	51	58	51	50	-18%
ANCINE	19	21	25	17	14	18	24	23	24	28	47%
ANEEL	10	9	8	8	8	11	11	18	15	20	100%
ANM	3	1	2	2	2	1	1	1	1	1	-56%
ANP	17	14	14	17	15	13	13	15	14	13	-24%
ANS	24	19	20	22	20	22	20	18	19	20	-21%
ANTAQ	28	23	26	19	20	22	22	21	21	20	-28%
ANTT	44	45	39	66	42	95	74	59	83	83	89%
ANVISA	42	67	40	5	5	11	13	17	14	12	-71%
2. Servidores com Contratos Temporários	224	193	160	84	72	65	51	0	41	41	-82%
ANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANAC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANATEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANCINE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANEEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	0%
ANS	224	193	160	84	72	65	51	0	0	0	-100%
ANTAQ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANTT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ANVISA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	444	456	421	405	394	355	341	309	286	270	-39%
ANA	37	37	34	30	27	26	24	25	25	23	-38%
ANAC	99	92	88	83	76	68	68	70	67	55	-45%
ANATEL	16	17	16	16	14	12	13	15	11	13	-18%
ANCINE	35	32	28	27	33	35	34	32	31	30	-14%
ANEEL	39	38	37	37	36	38	33	26	21	18	-54%
ANM	19	40	29	26	23	21	21	20	21	20	4%
ANP	69	72	72	73	77	79	76	77	67	66	-4%
ANS	15	12	8	10	11	3	10	13	14	14	-7%
ANTAQ	12	15	13	9	7	6	5	5	5	6	-50%
ANTT	86	84	80	74	68	44	33	7	7	9	-90%
ANVISA	17	17	16	20	22	23	24	20	18	15	-6%
4. Total de Servidores	11.175	11.027	10.864	10.585	10.060	9.872	9.764	9.596	9.455	9.483	-15%
ANA	365	367	373	378	369	381	386	386	410	454	24%
ANAC	1.497	1.447	1.541	1.518	1.406	1.369	1.341	1.396	1.333	1.373	-8%
ANATEL	1.622	1.586	1.562	1.528	1.475	1.449	1.432	1.424	1.347	1.385	-15%
ANCINE	412	412	401	402	404	410	408	399	387	385	-7%
ANEEL	730	715	706	695	679	674	663	658	638	624	-15%
ANM	1.006	997	979	886	780	710	706	664	695	669	-33%
ANP	854	838	838	846	855	851	864	861	905	896	5%
ANS	853	815	873	790	766	753	731	673	694	687	-19%
ANTAQ	470	469	461	442	415	418					

Tabela A2. Força de Trabalho - Por Agência e Situação Funcional

Agência – Situação Funcional	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var. 2015-2024	0%
ANA												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	328	330	339	348	339	343	357	361	385	431	31%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	328	330	339	348	339	343	357	361	385	431	31%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	299	300	307	307	297	293	290	287	325	365	22%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	7	12	10	13	11	14	14	16	25	28	300%	
1.2.3. Em exercício provisório	4	4	5	4	4	15	28	27	0	0	-100%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	18	14	17	24	27	21	25	31	35	38	111%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	37	37	34	30	27	26	24	25	25	23	-38%	
4. Total de Servidores	365	367	373	378	366	369	381	386	410	454	24%	
ANAC												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	1.398	1.355	1.453	1.435	1.330	1.301	1.273	1.326	1.266	1.318	-6%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	1.398	1.355	1.453	1.435	1.330	1.301	1.273	1.326	1.266	1.318	-6%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	1.288	1.269	1.374	1.362	1.268	1.250	1.229	1.257	1.200	1.249	-3%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	15	12	13	15	14	14	14	14	13	13	-11%	
1.2.3. Em exercício provisório	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	-32%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	94	73	65	57	47	37	30	55	53	55	-41%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	99	92	88	83	76	68	68	70	67	55	-45%	
4. Total de Servidores	1.497	1.447	1.541	1.518	1.406	1.369	1.341	1.396	1.333	1.373	-8%	
ANATEL												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	1.606	1.569	1.546	1.512	1.461	1.437	1.419	1.409	1.336	1.372	-15%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	1.606	1.569	1.546	1.512	1.461	1.437	1.419	1.409	1.336	1.372	-15%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	1.492	1.446	1.431	1.404	1.363	1.343	1.325	1.301	1.260	1.279	-14%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	30	32	30	27	26	26	25	29	20	25	-18%	
1.2.3. Em exercício provisório	22	24	23	21	19	19	18	21	15	18	-18%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	61	66	62	60	53	49	51	58	41	58	-18%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	16	17	16	16	14	12	13	15	11	13	-18%	
4. Total de Servidores	1.622	1.586	1.562	1.528	1.475	1.449	1.432	1.424	1.347	1.385	-15%	
ANCINE												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	377	380	373	375	371	375	374	367	356	355	-6%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	377	380	373	375	371	375	374	367	356	355	-6%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	349	348	340	347	347	347	341	336	325	320	-8%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	8	11	8	11	10	10	9	8	7	7	-13%	
1.2.3. Em exercício provisório	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	19	21	25	17	14	18	24	23	24	28	47%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	35	32	28	27	33	35	34	32	31	30	-14%	
4. Total de Servidores	412	412	401	402	404	410	408	399	387	385	-7%	
ANEEL												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	691	677	669	658	643	636	630	632	617	606	-12%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	691	677	669	658	643	636	630	632	617	606	-12%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	650	636	630	618	607	601	595	590	580	565	-13%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	24	25	24	25	21	17	17	17	15	15	-38%	
1.2.3. Em exercício provisório	7	7	7	7	7	7	7	7	7	6	-14%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	10	8	8	8	8	11	11	18	15	18	100%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	39	38	37	37	36	38	33	26	21	18	-54%	
4. Total de Servidores	730	715	706	695	679	674	663	658	638	624	-15%	
ANM												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	987	957	950	860	757	689	685	644	674	649	-34%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	987	957	950	860	757	689	685	644	674	649	-34%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	949	921	853	827	728	663	659	620	649	625	-34%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	35	35	35	31	27	25	25	23	24	23	-33%	
1.2.3. Em exercício provisório	0	0	60	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	3	1	2	2	2	1	1	1	1	1	-56%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	19	40	29	26	23	21	21	20	21	20	4%	
4. Total de Servidores	1.006	997	979	886	780	710	706	664	695	669	-33%	
ANP												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	785	766	766	773	778	772	788	784	797	789	1%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	785	766	766	773	778	772	788	784	797	789	1%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	746	729	729	730	734	727	739	732	752	748	0%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	21	21	21	23	25	27	33	33	29	26	24%	
1.2.3. Em exercício provisório	1	2	2	3	4	5	3	4	2	2	100%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	17	14	14	17	15	13	15	14	13	13	-24%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	69	72	72	73	77	79	76	77	67	66	-4%	
4. Total de Servidores	854	838	838	846	855	851	864	861	905	896	5%	
ANS												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	614	610	705	696	683	685	670	660	680	673	10%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	614	610	705	696	683	685	670	660	680	673	10%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	562	564	658	649	638	645	623	618	641	634	13%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	28	27	26	26	23	23	23	22	21	20	-29%	
1.2.3. Em exercício provisório	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	24	19	19	20	22	17	24	20	18	19	-21%	
2. Servidores com Contratos Temporários	224	193	160	84	72	65	51	0	0	0	-100%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	15	12	8	10	11	3	10	13	14	14	-7%	
4. Total de Servidores	853	815	873	790	766	753	731	673	694	687	-19%	
ANTAQ												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	458	454	448	433	408	412	414	405	403	383	-16%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	458	454	448	433	408	412	414	405	403	383	-16%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	420	415	405	395	378	377	379	370	369	350	-17%	
1.2.2. Em exercício descentralizado	8	12	11	11	7	9	9	9	9	9	6%	
1.2.3. Em exercício provisório	2	4	6	8	3	4	4	4	4	4	101%	
1.2.4. Requisitados de outros órgãos e esferas	28	23	26	19	20	22	22	21	21	20	-28%	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
3. Servidores sem Vínculo com a Adm Pub	12	15	13	9	7	6	5	5	5	6	-50%	
4. Total de Servidores	470	469	461	442	415	418	419	410	408	389	-17%	
ANTT												0%
1. Servidores em Cargos Efetivos	1.224	1.226	1.183	1.163	1.121	1.141	1.128	1.114	1.076	1.095	-11%	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
1.2. Servidores de Carreira	1.224	1.226	1.183	1.163	1.121	1.141	1.128	1.114	1.076	1.095	-11%	
1.2.1. Vinculada ao Órgão	1.155	1.150	1.112	1.067	1.030							

Tabela A3. Quadro Descritivo da Situação Funcional¹⁶

Tipo de Servidor	Forma de ingresso	Estabilidade	Cargo Efetivo	Situação Funcional / Vínculo Jurídico	Base Legal Principal
Servidor de carreira vinculada ao órgão	Concurso público	Sim	Sim	Efetivo atuando no órgão onde tem lotação formal	CF/88 art. 37; Lei 8.112/1990 e Lei 10.871/2004
Servidor em exercício descentralizado	Designação para atuar fora do órgão de lotação	Sim	Sim	Atua em outro órgão sem cessão formal; apoio técnico	Art. 62-A da Lei 8.112/1990 (função de direção, chefia ou assessoramento), cargo em comissão ou natureza especial.
Servidor em exercício provisório	Afastado por motivo justificado (ex: cônjuge)	Depende	Depende	Situação temporária com atuação fora do local de lotação	Lei 8.112/1990, art. 84, §1º e art. 20.
Servidor Requisitado ou Cedido	Requisição formal por outro órgão público	Sim	Sim	Atua em órgão diferente do de origem, com vínculo mantido	Decreto 10.835/2021, art. 3º (Cessão) e art. 9º (Requisição).
Servidor Temporário	contrato temporário antecedido ou não de Processo Seletivo	Não	Não	para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.	Lei 8.745/1993. CF/88 art. 37, IX. Lei 8745/1993.
Servidor Sem Vínculo com a Administração Pública	Servidor sem vínculo direto com a Adm Pública, tipicamente em cargos comissionados	Não	Não	Sem vínculo com a Administração Pública	CF/88 art. 37, II

Fonte: Projeto Regulação em Números FGV

16

Notas à Tabela A3

- Servidores de carreira são aprovados por concurso público e ocupam cargos efetivos com estabilidade após 3 anos de exercício.
- Servidores de carreira vinculados ao órgão atuam no mesmo órgão ao qual estão formalmente lotados, sem cessões ou designações externas (lotação e exercício coincidem).
- Servidores sem vínculo são tipicamente comissionados (cargo de confiança), sem estabilidade ou cargo efetivo.
- Servidores em exercício descentralizado atuam fora do órgão de origem, mas sem cessão formal.
- O servidor é requisitado quando há alteração do exercício do agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo com o órgão ou entidade de origem, para servir a outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. O Decreto n. 10.835, de 14 de outubro de 2021, dispõe sobre cessões, requisições e alterações de exercício para composição da força de trabalho em que a administração pública federal seja parte.
- Servidores em exercício provisório atuam temporariamente fora do local de lotação por razões específicas, como acompanhar cônjuge.

Tabela A4. Déficit de Servidores por Agência

Agência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ANA	24%	24%	22%	22%	25%	26%	27%	27%	18%	8%
ANAC	27%	28%	22%	22%	28%	29%	30%	28%	32%	29%
ANATEL	12%	14%	15%	17%	19%	21%	22%	23%	25%	24%
ANCINE	3%	3%	6%	4%	4%	4%	5%	7%	10%	11%
ANEEL	15%	17%	18%	19%	21%	21%	22%	23%	24%	26%
ANM	48%	49%	53%	54%	60%	63%	64%	66%	64%	65%
ANP	4%	7%	7%	6%	6%	7%	5%	6%	4%	4%
ANS	20%	20%	6%	8%	9%	8%	11%	12%	9%	10%
ANTAQ	11%	12%	14%	16%	20%	20%	19%	21%	22%	25%
ANTT	32%	33%	35%	37%	40%	40%	41%	40%	44%	43%
ANVISA	8%	6%	9%	3%	7%	4%	5%	5%	6%	8%
Total Geral	21%	22%	22%	23%	26%	27%	28%	28%	29%	29%

Fonte: Projeto Regulação em Números FGV